

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
FACULDADE DE LETRAS
PESQUISA EM LÍNGUA PORTUGUESA

FREDERICO DE MIRANDA ALT

A LÍNGUA: INSTRUMENTO DE DOMINAÇÃO DE UM TERRITÓRIO?

Rio de Janeiro
2019

FREDERICO DE MIRANDA ALT

A LÍNGUA: INSTRUMENTO DE DOMINAÇÃO DE UM TERRITÓRIO?

Monografia submetida à Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro para obtenção do título de Licenciado em Letras na habilitação Português-Francês.

Orientador: Prof. Dr. Pierre Guisan

Rio de Janeiro

2019

Alt, Frederico de Miranda

A Língua: Instrumento de dominação de um território? / Frederico de Miranda Alt.
– 2019

22 f.

Orientador: Pierre Guisan

Monografia (graduação em Letras habilitação Português - Francês) –
Universidade Federal do Rio de Janeiro, Centro de Letras e Artes,
Faculdade de Letras.

Bibliografia: f. 22.

1. Territorialização. 2. História da Língua. I. Alt/Frederico de Miranda. II.
Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Letras, 2019. III. Título.

Agradecimentos

Dedico este trabalho a todos os indivíduos envolvidos e que participaram em alguma circunstância em minha caminhada no ensino superior, e gostaria de agradecer primeiramente a minha família, Ana Luisa, Renato, Miguel, Ágata e Mariana, pelo afeto e paciência, que não só me ajudaram de todas as formas para que eu chegasse até aqui, como também me ensinaram a valorizar uma instituição de ensino superior pública, gratuita e de qualidade, onde se desenvolve pesquisa e conhecimento, e onde se pode refletir sobre tudo e principalmente os erros do passado, para que, idealmente, não voltemos a repeti-los.

Agradeço imensamente a UFRJ e a Faculdade de Letras e a todo seu corpo docente, especialmente a meu professor e orientador Pierre, obrigado pelos conhecimentos e ensinamentos transmitidos nas salas de aula e neste processo de conclusão de uma monografia.

Agradeço ao Mestre Ricardo Viana, que sempre me incentivou a seguir em frente e não desistir, agradeço também por todos os outros ensinamentos que no ensino acadêmico dificilmente se encontra ou se ensina, e também por me fazer entender que cada coisa tem o seu lugar e a sua importância.

Também agradeço aos amigos, que fizeram dessa caminhada, talvez um pouco mais ou menos turbulenta, mas, com certeza, mais agradável, Diegovz, Drisana, Paty, Dani, Thalles, Grou, Bilin, Tavin, Rodrigo, Gustavin, Thiago, Carvalhal, Yuri, Duda, Rocco, Annie, Vital, Lara, Tuco, Nabuco, e demais colegas, foi uma honra.

SUMÁRIO

| | |
|---|----|
| INTRODUÇÃO..... | 06 |
| 1. PRESSUPOSTOS TEÓRICOS..... | 09 |
| 2. PROPOSTA DE ESTUDO METODOLÓGICO..... | 17 |
| 3. CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 20 |
| 4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS..... | 22 |

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa se propõe a analisar, sob as perspectivas histórica e literária, as relações entre o processo de territorialização, a criação das línguas nacionais que relacionaremos com a origem da palavra e da atividade de tradução. Através da pesquisa etimológica e histórica, tentaremos compreender como nasce a ideia de território e os seus desdobramentos até os dias atuais.

Em meio a esta sociedade tão complexa na qual vivemos e na forma segundo a qual nos organizamos neste planeta, em sua pluralidade e diversidade, existem vários limites em nossa organização espacial, que são, na sua maioria, quase invisíveis. Nós os chamamos de territórios ou nações, mas sequer paramos para nos questionar como que surgiram esses territórios e como eles estabelecem um limite que não podemos ultrapassar livremente?

Diante de questões tão complexas como a emigração em massa da população de países em conflitos armados como a da Síria, ou de países em conflitos e crises econômicas como a da Venezuela, ou até mesmo a população de uma determinada região de um país, que por possuir uma identidade cultural particular, deseja se emancipar de um estado e estabelecer um estado próprio, como é o caso da Catalunha e outras regiões na Espanha. Questões como essas que podem culminar em outras ainda mais delicadas, como a xenofobia, a guerra religiosa, tribal ou conflitos sociais, todas elas podem ser relacionadas como provenientes de um processo, no qual a língua foi peça chave para sua concretização, um processo de *territorialização* com o estabelecimento de fronteiras, que compreenderemos neste trabalho como um processo, que pode surgir historicamente de diversas maneiras como discutiremos mais adiante, mas que estabelece um território no espaço geográfico, e nesta área são estabelecidas fronteiras, ou limites, que são de fato criados, inventados.

É muito comum encontrar nos registros históricos que em diversos momentos da história tenha existido divisões territoriais que eram entendidos como “fronteiras naturais”, que separariam uma região da outra, como, por exemplo, um rio, mas um rio é justamente o oposto de uma separação, o rio serve para comunicar com diversos outros pontos, ele serve para transportar mais do que para limitar. Esses e outros limites naturais só eram limites até o ser humano

conseguir ultrapassar esse limite, até descobrir que a terra, não possui um limite de fato, afinal é esférica. Porém a ideia de território e fronteira continua sendo responsável por moldar esses limites imaginários territoriais e os traçados identitários culturais.

Assim, o **problema** que desencadeia esta pesquisa é: Como se processou a *territorialização* e o surgimento das línguas nacionais, com o agravamento das “barreiras linguísticas” e os distanciamentos culturais e identitários dos povos?

Buscando responder a essa pergunta, elencamos algumas **hipóteses** que tentaremos alinhar:

1. A legitimidade de uma língua em detrimento de outra se daria por um processo político de *territorialização*.
2. O conceito de língua oficial enquanto falada e escrita estaria em contradição com o próprio conceito de língua e dialeto.
3. A palavra “tradução” e a invenção do ofício do tradutor surgiriam juntas e somente a partir da época do Renascimento, possivelmente resultado de uma interpretação equivocada do autor ou por sua escolha deliberada.

Para comprovar ou refutar as hipóteses acima apresentadas, alguns **objetivos** são traçados, a alinhar:

1. Relacionar o processo de *territorialização* (com fronteiras) com o surgimento de um estado nacional e de uma língua nacional, e como substituíram a religião.
2. Analisar o processo que legitima uma língua oficial com os conceitos de língua e dialeto.
3. Mostrar como o surgimento das línguas nacionais fez surgir a atividade do tradutor como conhecemos hoje e a palavra “tradução”, oriundo do verbo latino *transducere*, ao invés do verbo *translatare*, por uma possível escolha autoral.

Visando a atingir os objetivos acima elencados e a compreender como o processo de territorialização deu origem às línguas nacionais e agravou as barreiras linguísticas, este trabalho irá se apoiar, sobretudo, no referencial teórico e analítico das teorias desenvolvidas em *La Fin des Territoires* (Badie, 1995) e

Comunidades Imaginadas (Anderson, 1983), assim como as teorias expostas nos artigos que apresentam uma conferência proferida em Florença, em 1932, por Stefan Zweig, e uma conferência proferida em Sorbonne, em 1882, por Ernest Renan, além dos dados coletados nas pesquisas em dicionários etimológicos.

No que diz respeito à motivação para a escolha da temática, nosso trabalho se justifica pelo fato de que até hoje os cidadãos de qualquer nação ou território que seja, só é livre para andar em determinado espaço, e esse limite é estipulado por um papel (uma identidade, um cpf, um passaporte), que não só vai ditar quais os limites territoriais no qual o cidadão pode percorrer, mas também vai ditar a sua identidade, de qual cultura aquele cidadão é oriundo. E a língua tem papel fundamental nisso tudo, pois ainda hoje é utilizada para criar limites territoriais abstratos, e vai além disso, ela tem a capacidade de ser mais predominante na questão identitária cultural do que a própria identidade de classe social, afinal um camponês na Rússia está mais próximo identitariamente de um camponês no Brasil, porém a nacionalidade parece ser um fator de divergência tão forte, que esses mundos estão bem distantes um do outro. A língua é responsável pela inclusão e exclusão de indivíduos dentro de uma sociedade, além de ser uma das primeiras ferramentas a serem usadas na tentativa de se estabelecer uma identidade e controle sobre uma cultura, com acordos ortográficos e estabelecimento de normas-padrão.

O texto será organizado da seguinte forma, no primeiro capítulo apresentamos os pressupostos teóricos no qual nos baseamos para defender as hipóteses propostas, no segundo capítulo explicamos a proposta de estudos metodológicos utilizados, apresentamos a coleta de alguns dados etimológicos e realizamos suas respectivas análises, baseadas nas teorias anteriormente explicadas. Por fim, no terceiro capítulo, apresentamos as análises e considerações finais acerca deste trabalho e seus possíveis desdobramentos.

1. PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

Nosso estudo será orientado pela noção de *territorialidade* (*territorialité*) desenvolvida nos estudos de Bertrand Badie, no livro *La fin des territoires* (1995). Badie desenvolve a ideia de que o território, em seu âmbito político, é uma construção, intelectual e histórica, que está em constante transformação e ressignificação.

São numerosas as situações que conduzem os indivíduos a opor a Estados cambaleantes construções espaciais diferentes, que perturbam as geografias regionais e mergulham a comunidade internacional numa situação de anomia. (...) as lógicas territoriais mudam de sentido e esbatem-se. Não somente se tornam numerosas e súbitas as propensões para divisões, como desembocam na delimitação de espaços dotadas de estatutos inéditos (BADIE, 1995, p. 168-169).

Badie defende que a ideia do território como conceito político vem de uma relação restrita entre espaço de produção e território, de uma hegemonia afirmada, ou seja, intrinsecamente ligadas à autoridade e soberania sobre espaços pré-determinados. O que é artificial na África, como diz o autor, não é o traçado de fronteiras, mas justamente a deturpação do significado de “fronteiras”, indo contra a individualidade política de uma enorme e diversa gama de etnias e povos presentes dentro de um mesmo espaço geográfico.

Como já apontamos, as fronteiras têm um papel fundamental no processo de territorialização, ideia da qual Badie compartilha em seu conceito de territorialidade. Buscando a etimologia da palavra fronteira, descobrimos que é oriunda da palavra “front” (proveniente do latim *frons* – folhagem, folhas, fronte, rosto, aparência) de uma variante do vocabulário militar do francês antigo, que queria dizer “frente de um exército”, ou seja, uma zona de conflito, de guerra, portanto uma zona ainda não definida:

1. 1213 “frente de um exército” (“front d'une armée”) (Faits des Romains, éd. L.-F. Flutre, 120, 19); 2. 1292, oct. “lugar fortificado de frente ao inimigo” (Arch. B. du Rhône, 56 H 4055 Statuts S.

Jean Jérusalem); 3. Fim do séc. XIV. “limite que bordeia um território” (E. Deschamps, III, 81, 6 ds T.-L.); id. (B. Latin, Trésor, éd. P. Chabaille, p. 626, interpolation ms D2).(Extraído do dicionário etimológico eletrônico CNRTL, tradução nossa).

Aprofundando-se mais ainda nesta ideia, Badie argumenta que, se o território como nos é concebido politicamente possui um nascimento e um desenvolvimento, ele pode também acabar numa crise, pois o território nunca será capaz de representar todos os espaços políticos, é cada vez menos aceito como suporte de uma identidade política cidadã, e cada vez mais tolerado ou reivindicado como instrumento de uma identidade religiosa ou étnica. Mesmo quando o discurso político inclui a ideia de espaço geográfico, ele não está necessariamente falando de território, como no caso de Israel, que, em seus discursos, reivindica uma terra por motivos culturais, religiosos, hereditários, e não somente pelo território em si.

A crise do território fica, portanto, mais evidente com o avanço da globalização, e coloca em questão a soberania do estado sobre o território e sobre as decisões políticas. Para Badie, o estado agoniza, pois já não é mais soberano, e afirma categoricamente sobre um suposto fim dos territórios, o que podemos colocar em questão visto a atual declaração de independência da Catalunha, que mostra que ainda há fortes tendências políticas estadistas emergentes ou ocultas. O efeito da globalização que para o autor seria o fim dos territórios, parece na realidade um efeito contrário, uma espécie de reação a homogeneização, parece contribuir para uma fragmentação do território.

Assim, visando uma leitura mais objetiva, não vamos nos ater a estas conclusões tiradas pelo autor, há duas décadas, visto a necessidade de focar nossa análise no processo histórico em que se deu de fato o princípio da territorialidade. Segundo Badie (1995):

O surgimento do princípio moderno de territorialidade engloba a maioria das formas pré-estatais que fizeram parte da história da Europa ocidental. Antes mesmo do surgimento do feudalismo, as circunstâncias nas quais o Império romano foi pouco a pouco decomposto levaram a repensar a teoria política do espaço. A

crise da legitimidade que afetava o *imperium*, tornara viva a importância política da mediação cristã. À medida que eles se desmoronavam, os símbolos imperiais romanos deixavam o campo livre para os símbolos de uma Igreja que já era romana. A dualidade iniciada entre a Cidade dos homens e a Cidade de Deus, a brevidade pouco comprometedora de sua união permitia à Igreja de colocar no lugar do território do Império o território da cristandade. (BADIE, 1995, p. 35. Tradução nossa)

O declínio do Império romano está diretamente ligado ao seu tamanho, ou seja, sua necessidade de expansão territorial implicava que fosse aceito dentro deste território uma diversidade de identidades religiosas e étnico-culturais, não podemos nos esquecer que antes da chegada do cristianismo, o Império romano era politeísta, e seu declínio começa justamente quando a religião monoteísta cristã começa a ganhar espaço. O autor ainda afirma sobre o posterior movimento da reforma cristã:

A reforma desempenhou, nesse ponto de vista, um papel-chave, especialmente refletindo este processo de inversão. Afetando duramente a pretensão universalista da Igreja de Roma, ela marcou a vingança do quadro territorial temporal. (BADIE, 1995, p. 38. Tradução nossa)

Observamos que o autor tenta traçar uma origem para a ideia de territorialidade, que terá seu início na cristandade, e através da Contra-Reforma fez com que a referência ao território deixasse de ser simplesmente técnica, passando a ser desde então sacralizada. Assim, a partir desta visão podemos analisar as consequências da territorialidade no desenvolvimento dos estados-nação, assim como em nossos próprios conceitos de língua e dialeto.

Além disso, buscamos respaldo em outros pesquisadores, como Benedict Anderson, que discute as origens da consciência nacional e do papel da língua nestas construções abstratas de nação e território. Anderson é o grande teórico que faz a comunidade científica voltar os olhos novamente para a questão do *nacionalismo*, questão muito discutida no final do século XIX e início do século

XX, que apesar de não possuir essa designação específica, já era discutida por teóricos como, Ernest Renan, o qual trouxe a base para o desenvolvimento da teoria de Anderson. Em uma palestra ministrada por Renan em Sorbonne, em 1882, Renan declara:

O esquecimento, e eu diria até mesmo, o erro histórico, são um fator essencial para a criação de uma nação, e é por isso que o progresso de estudos históricos é, na maioria das vezes, um perigo para a nacionalidade. A investigação histórica, por efeito, traz novamente à luz os fatos de violência que se sucederam na origem de todas as formações políticas, mesmo daquelas em que as consequências foram as mais benevolentes. (RENAN, Ernest tradução nossa)

Quase um século após a afirmação de Renan, Anderson desenvolve sua teoria sobre o nacionalismo, tomando por base os teóricos mais antigos, como o próprio Renan, e também seus estudos sobre as guerras da Indochina da década de 60 e 70, cujos dados são utilizados em sua pesquisa, e assim Anderson trará a tona novamente as discussões sobre o nacionalismo dentro da esfera acadêmica.

Apesar de utilizar as guerras da Indochina como principal objeto de estudo para sua pesquisa, ele define de uma forma generalizada o processo de nacionalização, e ao revisar sua própria obra, Anderson percebe que o que havia realizado em sua primeira edição, fora delinear os processos históricos que teriam feito surgir o nacionalismo na Europa, que se diferenciava um pouco do processo de nacionalização das colônias do novo mundo e do Oriente. Por questões de objetividade nos ateremos à sua primeira edição e suas pertinentes análises sobre o nascimento dos conceitos de nação e nacionalismo. Em sua introdução Anderson explica:

Nação, nacionalidade, nacionalismo - todos provaram ser de difícilíssima definição, que dirá de análise. Em contraste com a enorme influência do nacionalismo sobre o mundo moderno, é notável a escassez de teorias plausíveis sobre ele. [...] Creio haver uma necessidade urgente de se reorientar a perspectiva dentro de um espírito, por assim dizer, copernicano. O meu ponto

de partida é que tanto a nacionalidade - ou, como talvez se prefira dizer, devido aos múltiplos significados desse termo, a condição nacional [nation-ness] - quanto o nacionalismo são produtos culturais específicos. Para bem entendê-los, temos de considerar, com cuidado, suas origens históricas, de que maneiras seus significados se transformaram ao longo do tempo, e por que dispõem, nos dias de hoje, de uma legitimidade emocional tão profunda. Tentarei mostrar que a criação desses produtos, no final do século XVIII, foi uma destilação espontânea do “cruzamento” complexo de diferentes forças históricas. No entanto, depois de criados, esses produtos se tornaram “modulares”, capazes de serem transplantados com diversos graus de autoconsciência para uma grande variedade de terrenos sociais, para se incorporarem e serem incorporados a uma variedade igualmente grande de constelações políticas e ideológicas. (ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas* 1991)

E em seguida define o conceito de “nação” que acabara de introduzir:

Antes de encaminhar as questões levantadas anteriormente, seria aconselhável avaliar rapidamente o conceito de “nação” e oferecer uma definição operacional. É freqüente a perplexidade, para não dizer irritação, dos teóricos do nacionalismo diante destes três paradoxos: (1) A modernidade objetiva das nações aos olhos do historiador versus sua antigüidade subjetiva aos olhos dos nacionalistas. (2) A universalidade formal da nacionalidade como conceito sociocultural – no mundo moderno, todos podem, devem e hão de “ter” uma nacionalidade, assim como “têm” este ou aquele sexo – versus a particularidade irremediável das suas manifestações concretas, de modo que a nacionalidade “grega” é, por definição, *sui generis*. (3) O poder “político” dos nacionalismos versus a sua pobreza e até sua incoerência filosófica. Em outras palavras, o nacionalismo, ao contrário da maioria dos outros “ismos”, nunca gerou grandes pensadores próprios: nenhum Hobbes, Tocqueville, Marx ou Weber. Esse “vazio” cria certa condescendência entre os intelectuais cosmopolitas e políglotas.

Alguém pode logo concluir, como Gertrude Stein diante de Oakland, que não há “nenhum ali ali” [no there there]. É exemplar que até um estudioso tão simpático ao nacionalismo quanto Tom Nairn possa, mesmo assim, escrever que: “O 'nacionalismo' é a patologia da história do desenvolvimento moderno, tão inevitável quanto a 'neurose' no indivíduo, e que guarda muito da mesma ambiguidade de essência, da tendência interna de cair na loucura, enraizada nos dilemas do desamparo imposto à maior parte do mundo (o equivalente do infantilismo para as sociedades), sendo em larga medida incurável”. A dificuldade, em parte, consiste na tendência inconsciente que as pessoas têm de hipostasiar a existência do nacionalismo-com-N-maiúsculo (como se alguém pudesse ter uma Idade-com-I-maiúsculo) e, então, de classificá-lo” como uma ideologia. (Nota-se que se todos têm uma certa idade, a Idade é apenas uma expressão analítica.) Penso que valeria a pena tratar tal conceito do mesmo modo que se trata o “parentesco” e a “religião”, em vez de colocá-lo ao lado do “liberalismo” ou do “fascismo”. Assim, dentro de um espírito antropológico, proponho a seguinte definição de nação: uma comunidade política imaginada – e imaginada como sendo intrinsecamente limitada e, ao mesmo tempo, soberana. (ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas* 1991)

Essa longa citação contém os preceitos que nortearão os estudos sobre o nacionalismo que sucederão posteriormente nas academias e neste trabalho também, pois é com essa concepção de nacionalidade e nacionalismo que lidaremos. Em seu estudo, originado pela pretensão de estudar os conflitos armados na Indochina, Anderson parece ir direto ao cerne de uma questão muito maior, uma questão de âmbito global, e questiona uma das bases de poder mais fortes que existem ao questionar o conceito de “nação”, ao propôr este novo olhar, de que “nações” não são, nada mais, do que “comunidades imaginadas”. A história da origem de uma “nação” pode ser inventada, pode ser deturpada, pode ser baseada em uma lenda, em uma suposta hereditariedade, pode se organizar em princípios religiosos, não importa, será sempre uma criação de um coletivo, que com sua força homogenizadora, passa a ser soberana e passa a dominar a

identidade desse coletivo, suprimindo toda e qualquer diversidade de identidades individualizadas ali presentes.

Aqui parecem estar bem definidos os conceitos no qual Anderson destrinchará toda sua tese, pode-se notar que ele cita Renan em seu texto, fazendo um paralelo com um texto quase um século mais velho, mas, ainda assim, muito pertinente dentro das discussões sobre o conceito de nacionalismo. É possível também observar as semelhanças entre o conceito de nacionalismo e o conceito de territorialidade definido por Badie.

Ela é imaginada porque mesmo os membros da mais minúscula das nações jamais conhecerão, encontrarão, ou sequer ouvirão falar da maioria de seus companheiros, embora todos tenham em mente a imagem viva da comunhão entre eles. Era a essa imagem que Renan se referia quando escreveu, com seu jeito levemente irônico: “Ora, a essência de uma nação consiste em que todos os indivíduos tenham muitas coisas em comum, e também que todos tenham esquecido muitas coisas”. (ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas* 1991)

Os três autores reforçam a ideia de que a nação, a nacionalidade e a territorialidade são constructos, artifícios, que foram imaginados e criados pelo homem, não possuem uma origem específica e não respeitam a individualidade e singularidade dos seres dos quais representam. Além de construir novas culturas e identidades, também são responsáveis por apagar culturas e identidades que existiam anteriormente, como fica claro nos textos de Anderson e Renan, a memória possui um papel fundamental na concepção de uma nação, seja essa memória real ou somente inventada.

Antes de surgirem as nações, era a religião, de caráter monoteísta, a principal definidora da identidade cultural de um indivíduo, porém a hegemonia cultural religiosa tem seu fim, como aponta Zweig em sua conferência:

A unidade da religião católica que, por mais de mil anos tinha unido os países do Ocidente entre si, desfaz-se, e começa a era das guerras de religião; a Reforma destrói o Renascimento. E com isso termina, ao mesmo tempo, a soberania da língua latina

ressuscitada, este último traço de união da Europa. Mais uma vez, a ideia europeia estanca em estado de torso, de monumento inacabado, e tomba no esquecimento. De fato, com a descoberta do mundo antigo no solo italiano, as nações se beneficiaram de uma imensa contribuição de pujança, e como sempre, a pujança torna-se arrogância. Cada nação pretende agora conquistar para si a hegemonia política e intelectual, cada uma quer criar na sua própria língua uma literatura capaz de competir com aquela da Antiguidade. Em cada povo, os poetas se afastam da língua comum, a latina, e criam obras-primas perfeitas na sua própria. Torquato Tasso e Ariosto, na Itália; Ronsard, Corneille e Racine, na França; Calderón, Cervantes e Lope de Vega, na Espanha; Milton e Shakespeare, na Inglaterra: uma gloriosa emulação se sucede como se cada povo na Europa se sentisse no dever de demonstrar o seu valor diante do areópago da História e de tomar, depois de Roma, a liderança da literatura mundial. O nacionalismo literário havia nascido, uma primeira força, por ora ainda pacífica, início da consciência nacional; durante dois ou três séculos, do fim do Renascimento ao início da Revolução Francesa, extingue-se quase por completo o espírito de fraternidade nas artes, esta chama que a humanidade tinha acendido de maneira tão magnífica. (ZWEIG, Stefan traduzido por Pierre Guisan)

Fica então muito claro o papel que a língua e a literatura tiveram na construção das nações, mesmo que de forma inconsciente e não-planejada, e suas consequências sobre as culturas locais em sua busca pela soberania. As línguas nacionais surgiram em um contexto de ruptura religiosa e uma busca identitária que iria para além da religião, o que é contraditório ao fato de que, ao mesmo tempo em que se buscava uma nova identidade cultural local (francesa, alemã, italiana etc.), também se apagava a diversidade linguística e a diversidade cultural, que ainda hoje tentam resistir e existir, sendo muitos deles “diminuídos” com o rótulo de dialeto ou patuá, como foi com a língua occitana, o catalão, o basco, e muitas outras línguas e dialetos que talvez nem tenham sido registrados nos anais da história, até porque a única forma que temos como analisar são através de registros, e como também vimos acima, as línguas

nacionais só passaram a existir porque foram escritas, porque foram feitos seus registros. A soberania identitária, cultural e territorial viria então de uma força política ou militar, estabelecida de forma arbitrária e autoritária.

2. PROPOSTA DE ESTUDO METODOLÓGICO

Propomos a seguinte metodologia com a qual utilizamos para realizar este trabalho e para uma futura tese a ser desenvolvida, **segundo a natureza dos dados**, possui a classificação de cunho **qualitativo**, pois se desenvolve através da leitura e comparação de textos. Assim, a partir desta leitura cuidadosa de todo o referencial teórico, e sua consequente análise e comparação com os dados coletados no dicionário etimológico, poderemos formular uma conclusão que resolva nossa problemática.

Devemos ressaltar que, **do ponto de vista do seu delineamento**, esta pesquisa tem caráter bibliográfico, voltado para a análise literária do corpus, que é constituído principalmente por duas obras vastas, de onde são e serão selecionados alguns capítulos nos quais focaremos nossa análise, além de outros artigos e com a ajuda de um dicionário etimológico eletrônico, o qual dará uma base histórica para nossas análises e ajudará na comprovação das conclusões das problemáticas desta pesquisa.

Ao consultar os bancos de dados etimológicos disponíveis publicamente nos meios digitais, podemos, por exemplo, traçar os caminhos percorridos pelas palavras, desde seu primeiro registro histórico até seu formato e significado como a conhecemos hoje em dia, revelando muitos segredos e muitas vezes trazendo novos olhares e reflexões sobre determinado ponto de nossa história.

A pesquisa etimológica serve para observar e analisar como as palavras surgem historicamente em uma língua, e pode ser a partir de duas circunstâncias: podem ser criadas novas palavras para designar uma coisa que não existe ainda naquela língua, ou podem surgir através da usurpação de uma palavra já existente, proveniente de outra origem ou não, mas que acaba por sofrer uma certa mudança semântica. Há diversos casos que ilustram estes dois fenômenos, como a palavra latina *pomum* que significa “fruto de árvore”, e irá se desdobrar na

palavra *pomme*, do francês, maçã, sofrendo então uma mudança semântica metonímica. Ou como no caso da palavra iogurte, oriunda do turco *yoghourt*, que para eles significa apenas “leite fermentado”, e só veio a existir, digamos assim, a partir do momento em que os turcos inseriram esta invenção culinária na Europa Ocidental.

1. 1100 “fruto do pomar” [aqui, serve como símbolo] (Roland, éd. J. Bédier, 386: En sa main tint [Roland] une vermeille **pume**: Tenez, bel sire, dist Rollant a sun uncle, De trestuz reis vos present les curunes); Do latim *poma*, plural neutro coletivo, apropriado como subst. feminino singular, de pomum “fruto de uma árvore, fruto com semente ou noz”, que, em latim tardio (Itália do Norte, parte do território reto-românico e grande parte do território ibero-românico), tomou o significado de “pomme” entrando em concorrência com a palavra do latim clássico *malum* (sobre a relação entre as duas palavras, v. FEW t.9, p.157b).(Extraído do dicionário etimológico eletrônico CNRTL, tradução nossa).

Assim como essas palavras anteriormente mencionadas, a palavra, *traduzir*, também possui uma história e uma origem. E o que se observa é que sua origem é um tanto recente na história da humanidade, ela data da época do Renascimento, em plena efervescência do nacionalismo, e durante o surgimento das línguas nacionais. Se consultarmos os dicionários de latim e grego não encontraremos uma palavra específica equivalente ao significado da palavra *traduzir*, mas encontraremos palavras como, *transferre* e *translatio* que é supino de *transferre*. Ambas possuíam o significado de “levar ao outro lado”, mas ainda eram metáforas muito abrangentes e usadas em diversos contextos. Também é curioso observar que a palavra, *drugement* (e também as variantes tardias *trucheman*, *truchement*), que significa *intérprete*, já existia há, pelo menos, dois séculos antes de surgir a palavra *tradutor*, se consultarmos os caminhos desta palavra, veremos que ela é proveniente do turco *turğumān*, e teria se introduzido na Europa Ocidental através da expansão da atividade do intérprete. Ao consultarmos o dicionário etimológico, nos deparamos com a seguinte definição:

1. Fim do séc. XII, *drugement* “intérprete” (Prise Orange, éd. C. Régnier, 422); fim do séc. XIV, *trucheman* (Chron. de Flandre ds Delb. ds DG: puis revint ses truchemans); 2. Meados séc. XV, *truchement* “pessoa que fala no lugar de uma outra, porta-voz, representante” (Charles d’Orléans, Rondel, 163, 11 ds Poésies, éd. P. Champion, t. 2, p. 384: ung truchement lui fault querir) Empréstimo do árabe *turğumān* “intérprete, tradutor”, derivado de *tarğama* “traduire” (cf. *drogman*, *targum*). (Extraído do dicionário etimológico eletrônico CNRTL, tradução nossa).

Mas é somente mais tarde na história da humanidade, mais precisamente, na Renascença, que surgiu a palavra, *traduzir*, como a conhecemos hoje. Erroneamente importada do latim, houve uma confusão com o significado da palavra, *traducere*, ou *transducere* (*trans* + *ducere*) “conduzir ao outro lado”, e se ressignificando assim, na forma como conhecemos hoje, designando aquilo que é “transposto de uma língua para outra”. Novamente consultamos o dicionário, no qual encontramos o seguinte:

Do latim *traducere*, composto por *trans* “através” et *dūcō* “carregar, conduzir”. “*traducere* significava em latim ‘transportar’, acepção amplamente evidenciada no italiano dos primeiros séculos, sobrevivente ainda no uso judiciário (it. *tradurre in tribunale*) e, portanto, frequente. Porém o humanista Leonardo Bruni, de forma consciente ou devido a uma interpretação errônea de *traducere* na passagem de Aulo Gélcio *vocabulum graecum vetus traductum in linguam romanam* (Notas, I, 18, 1) – que não significava ‘traduzido’, mas sim ‘introduzido’ – dando origem a uma nova significação da palavra, a de ‘transportar de uma língua a uma outra’; até o século XV, a palavra mais empregada para ‘traduzir’ (em latim assim como em italiano, em francês) era *translatare* (avec sa famille *translatio*); contudo, a expansão de *traducere* com a nova acepção foi tão forte que ganhou toda a Europa Ocidental, bem como o romeno.” — (S. R. Ripeanu, *Les Emprunts latins dans les langues romanes*) (Extraído do dicionário etimológico eletrônico CNRTL, tradução nossa).

Desta forma, também podemos observar a partir de que momento é despertada a importância da atividade tradutória nos trajetos da história, e propor um novo olhar sobre a atividade do tradutor. E podemos até imaginar e hipotetizar, que se antes não haviam tradutores, as diversidades linguísticas não eram encaradas como uma barreira como a vemos hoje, seria possível até dizer que a diversidade linguística na realidade contribuía para o desenvolvimento das culturas e principalmente o câmbio cultural, em que se era absorvido o que cada um considerava útil para seus semelhantes, independente das divergências que também poderiam existir entre determinados povos. Afinal, é somente a partir do surgimento do nacionalismo e das línguas nacionais que a atividade do tradutor passa a ser de fato necessária, valendo lembrar também do advento da imprensa e da contrarreforma religiosa, que não se tratam de fatores isolados, mas sim todos eles intrinsecamente conectados.

Apesar de o texto acima citado se inclinar sobre uma hipótese de que o autor Leonardo Bruni possa ter realizado uma interpretação errônea do latim ao criar a palavra tradução e seu significado como conhecemos hoje, devemos ressaltar que é algo um pouco controverso de ser afirmado, afinal não era uma simples interpretação do latim, e sim a criação de uma língua inteiramente nova, por mais que o autor não estivesse ciente de sua realização. Pois, como podemos dizer que é uma interpretação errônea se o referente ainda não existe?

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como podemos demonstrar nas análises acima e como a proposta deste trabalho é iniciar uma via de pesquisas futuras, tudo o que foi apresentado aqui se baseia em teorias que ainda são discutidas e ainda estão em desenvolvimento, e que, portanto, não podem ser facilmente resumidas ou dadas como um assunto concluído, e longe de termos uma resposta para este problema, nós levantamos cada vez mais perguntas. Pois, mesmo diante a constatação de Badie, de que estaríamos caminhando para uma unidade cultural hegemônica global, uma força que não cessa de existir, e que veríamos o fim dos territórios, na realidade nos vemos enfrentando, ainda, os mesmos problemas, como podemos ver com a recente demanda da emancipação de territórios nacionais, como no caso da

Cataluña, para a construção de um novo estado próprio, e da ressurgência de forças políticas conservadoras patrióticas e nacionalistas em diversos países, inclusive no nosso.

Tudo isso indica que não veremos tão cedo uma resolução para este problema, mas é importante que os estudos sobre a territorialidade, nacionalismo e identidade continuem a existir para que se encontre uma saída.

Achamos pertinente uma colocação feita por Gilles Deleuze, durante uma entrevista muito famosa, conhecida como *O abecedário de Deleuze*, na qual ele também discute alguns pontos interessantes sobre a questão da territorialização e da nossa ideia de território. Ele associa o instinto de estabelecer um território como um instinto animal, e que os seres humanos, aparentemente, também apresentam esse instinto, a partir daí ele desenvolve um novo conceito filosófico o qual chama de *desterritorialização*:

A noção com pretensão nova é que não há território sem um vetor de saída do território e não há saída do território, ou seja, desterritorialização, sem, ao mesmo tempo, um esforço para se reterritorializar em outra parte. (DELEUZE, Gilles, *O Abecedário de Deleuze*)

Para nós, Deleuze aponta para uma nova forma de entendermos o espaço e os limites no qual nos organizamos, e propõe que reflitamos sobre este assunto em toda nossa micro e macrosfera, pois se não formos capazes de fazer essas reflexões e analisarmos a nossa história e nosso passado, estaremos fadados a repetir os mesmos erros e continuarmos reféns destas limitações território-identitário-culturais.

4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BADIE, Bertrand. La Fin des Territoires. CNRS Éditions, coll. "Biblis", Paris, 2013.

ANDERSON, Benedict. Comunidades Imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. Trad. Denise Bottwan, São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

CNRTL.FR/ETYMOLOGIE/ Dicionário eletrônico etimológico do Centre National de Ressources Textuelles et Lexicales da França.

RENAN, Ernest. Qu'est-ce qu'une nation?. Buletin de l'Association Scientifique de France, 26 Março 1882.

ZWEIG, Stefan. O pensamento europeu no seu desenvolvimento histórico. Conferência proferida em Florença em 1932. Trad. Pierre Guisan.

DELEUZE, Gilles. O Abecedário de Deleuze. Transcrição do vídeo realizado por Pierre-André Boutang. Éditions Montparnasse, Paris. Trad. e Legendas: Raccord. TV Escola, Ministério da Educação. Brasil.